



PANSÃO. 16. CONCEITOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE ATIVOS. Alternativas de avaliação de ativos baseados em valores de entrada e saída - custo histórico, custo corrente, custo histórico corrigido, custo corrente corrigido, valores de liquidação, valor realizável líquido, fluxo de caixa descontado. 17. INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE GRUPOS ECONÔMICOS. O método de equivalência patrimonial. O método de consolidação de balanços. 18. FLUXO DE CAIXA versus LUCRO CONTÁBIL. A informação econômico-financeira. 19. AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE OPERAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS. 20. CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS. Divulgação. 22. ASPECTOS CONTÁBEIS RELACIONADOS À REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. Incorporação, cisão e fusão. 23. FUNDOS DE INVESTIMENTO E FUNDOS DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO. Normas de Escrituração. Avaliação de Ativos. Reconhecimento de Receitas e Apropriação de Despesas. Elaboração das Demonstrações Contábeis. 24. CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM MOEDA ESTRANGEIRA. 25. NORMAS CONTÁBEIS EMITIDAS PELA CVM. Instruções, Deliberações e Pareceres de Orientação. 26. Lei nº 6.404/76 e demais alterações posteriores.

AUDITORIA

1. Normas Profissionais e Técnicas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) 2. Normas de Auditoria Emitidas pela CVM. Instruções, Deliberações e Pareceres de Orientação. 3. TÉCNICAS DE AUDITORIA. Conceitos básicos, controle interno, planejamento e programa de auditoria, papéis de trabalho, revisão analítica, pareceres e relatórios de auditoria. 4. TÓPICOS RELACIONADOS. Informações Obrigatórias anuais e eventuais perante os órgãos fiscalizadores. Independência e conflito de interesses. Controle de Qualidade Interno. Programa de Revisão Externa de Qualidade. Programa de Educação Continuada. Exame de Qualificação Técnica. Auditoria com uso de tecnologia da informação (TI).

CONTABILIDADE INTERNACIONAL

1. Análise Comparativa das International Accounting Standards (IAS) Emanadas do International Accounting Standards Board (IASB). Semelhanças e assimetrias com as normas e práticas contábeis no Brasil. 2. Instrumentos Financeiros. Divulgação e apresentação (IAS 32). 3. Combinações de Entidades (IAS 22). 4. Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio (IAS 21). 5. Redução no Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). 6. Operações em Descontinuidade (IAS 35) e Relatórios por Segmento (IAS 14). 7. Lucro por Ação (IAS 33). 8. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37). 9. Arrendamentos (IAS 17). 10. Ativos Intangíveis (IAS 38).

ARQUIVOLOGIA

I - Conceituação: Arquivos: origem, histórico, função, classificação e princípios. Órgãos de documentação: características dos acervos. Ciclo vital dos documentos: teoria das três idades. Classificação dos documentos: princípios, natureza do assunto, gênero e tipologia. Terminologia Arquivística. Noções básicas de preservação e conservação de documentos. II - Gestão de Documentos: Protocolo. Sistemas e métodos de arquivamento. Avaliação e elaboração de Tabela de Temporalidade de Documentos. Descrição e arranjo de documentos: princípios e normas. Transferência e Recolhimento. Arquivos especiais. Aplicação de Tecnologias (Microfilmagem/Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED/Digitalização de documentos/Certificação Digital). III - Legislação Arquivística: BRASIL. Constituição (1988). Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988; Lei nº 5.433, de 08/05/1968 - Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; Lei nº 8.159, de 08/01/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências (e decretos regulamentares); Lei nº 11.111, de 05/05/2005 - Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências; MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.200-2, de 24/08/2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICPBrasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências; DECRETO nº 1.799, de 30/01/1996 - Regulamenta a Lei nº 5.433, de 08/05/1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências; DECRETO nº 3.505, de 13/06/2000 - Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; DECRETO nº 3.865, de 13/07/2001. Estabelece requisito para contratação de serviços de certificação digital pelos órgãos públicos federais, e dá outras providências. DECRETO nº 3.872, de 18/07/2001. Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, sua Secretaria Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências; DECRETO nº 3.996, de 31/10/2001. Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal; DECRETO nº 4.073, de 03/01/2002 - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 08/01/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; DECRETO nº 4.414, de 07/10/2002. Altera o Decreto nº 3.996, de 31/10/2001, que dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal; DECRETO nº 4.553, de 27/12/2002 - Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências; DECRETO nº 4.915, de 12/12/2003 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal, e dá outras providências; DECRETO nº 5.110, de 18/06/2004 - Acresce inciso ao art. 7º do Decreto nº 3505, de 13/06/2000, que institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública; DECRETO nº 5.301, de 09/12/2004 - Regulamenta o disposto na medida provisória no 228, de 09/12/2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e dá outras providências; DECRETO nº 5.495, de 20/07/2005 - Acresce incisos ao art. 7º do Decreto nº 3505, de

13/06/2000, que institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública; RESOLUÇÃO CONARQ nº 7, de 20/05/1997 - Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público; RESOLUÇÃO CONARQ nº 10, de 06/12/1999 - Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos; RESOLUÇÃO CONARQ nº 14, de 24/10/2001 - Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública; RESOLUÇÃO CONARQ nº 20, de 16/07/2004 - Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR; RESOLUÇÃO CONARQ nº 23, de 16/06/2006 - Dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR; RESOLUÇÃO CONARQ nº 25, de 27/04/2007 - Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. Conceitos Básicos. Hardware e Software. 2. Ferramentas Básicas: Sistema Operacional Windows XP, Processador de Textos Word 2003 e Planilha Eletrônica Excel 2003. Conceitos de Internet: e-mail e navegadores. 4. Conceitos de Tecnologia da Informação: Sistemas de Informações e Conceitos básicos de Segurança da Informação. 5. Redes de Computadores: Conceitos básicos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

1. Processo administrativo: planejamento (estratégico, tático e operacional), organização, direção e controle. 2. Convergências e divergências entre as administrações pública e privada. 3. Estruturas organizacionais, departamentalização e organogramas. 4. Rotinas e procedimentos administrativos: elaboração de fluxogramas, manuais e formulários. 5. Administração de material. 6. O ciclo vital dos documentos: arquivos correntes, intermediários e permanentes. Métodos de classificação dos documentos. Gestão de documentos. Preservação de documentos. 7. Instrução e manuseio de processos. 8. Sistemas de informação em meio físico e meio eletrônico: alimentação e recuperação. 9. Relações humanas. 10. Excelência no atendimento ao público interno e externo (o cidadão-cliente).

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A CVM

1. Sistema Financeiro Nacional: bases, funções, estrutura e funcionamento. 2. Mercado financeiro e de capitais: importância econômica. 3. Regulação e auto-regulação do mercado de valores mobiliários. 4. CVM: constituição, atribuições, competência, organização e funcionamento. 5. Agentes de Mercado: Bancos múltiplos, de Investimento, Sociedades Corretoras, Distribuidoras, Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, Balcão Organizado, Entidades de Compensação e Liquidação, Instituições Custodiantes, Emissoras de Valores Mobiliários Escriturais, Emissoras de Certificados e Agentes Autônomos. 6. Companhias Abertas: conceito; registro; política de divulgação de informações. 7. Valores Mobiliários: conceito e especificidade em relação a outros títulos. A distribuição dos valores mobiliários no mercado. 8. Mercado primário e secundário. Principais características dos mercados de balcão, balcão organizado e de bolsa. 9. Globalização do mercado de valores mobiliários. 10. Legislação do mercado de valores mobiliários: leis nº 6.385/76, 6.404/76 e alterações posteriores.

ANEXO IV CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	Datas
Publicação do Edital de Abertura no D.O.U.	04/11/2008
Divulgação do Edital na Internet	04/11/2008
Período de solicitação de isenção	12 e 13/11/2008
Data Final para o envio do material de isentos	13/11/2008
Período de Inscrições - via Internet	12 a 27/11/2008
Divulgação do resultado da análise dos pedidos de isenção	25/11/2008
Data final para a impressão do boleto bancário	28/11/2008
Data final para o pagamento do boleto bancário	
Data final para envio, pelos candidatos portadores de deficiência, do laudo médico ou atestado, via Sedex	
Divulgação dos locais, no D.O.U. e na Internet, para a realização das Provas Objetivas e da Redação	12/12/2008
Consulta na Internet ao Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) com convocação para as Provas Objetivas e Redação	A partir de 12/12/2008
Aplicação das Provas Objetivas e a Redação	21/12/2008
Divulgação, na Internet, dos gabaritos preliminares oficiais das Provas Objetivas	22/12/2008
Prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares das Provas Objetivas	23 e 24/12/2008
Divulgação, na internet, do resultado da análise de recursos interpostos contra o gabarito	14/01/2009
Divulgação, na Internet, do resultado preliminar da Prova Objetiva	
Prazo para pedido de vista do cartão de respostas da Prova Objetiva	15 e 16/01/2009
Disponibilização, na Internet, aos candidatos que solicitaram a vista do cartão de respostas da Prova Objetiva	19/01/2009
Prazo para interposição de recursos contra a nota da Prova Objetiva	20 e 21/01/2009
Divulgação, na internet, do resultado da análise de recursos interpostos contra a nota da P. Objetiva	23/01/2009
Divulgação, na Internet, do resultado final da Prova Objetiva	
Disponibilização, na Internet, da lista dos candidatos que terão a Redação corrigida	
Divulgação, na Internet, do resultado preliminar da Redação	27/01/2009
Prazo para pedido de vista da Redação	28 e 29/01/2009
Disponibilização, na internet, aos candidatos que solicitaram a vista da Redação	02/02/2009
Prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar da Redação	03 e 04/02/2008
Divulgação, na internet, do resultado da análise de recursos interpostos contra a nota da Redação	10/02/2009
Divulgação, na Internet, do resultado final da Redação	
Divulgação, na Internet, do resultado final do Concurso	

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SNC Nº 13/2008

Prazo: 4 de dezembro de 2008

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM submete, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), à Audiência Pública, nos termos do art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a minuta (em anexo) da Deliberação que referenda o pronunciamento CPC 12 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis intitulado "Ajuste a Valor Presente".

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente é o de estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação desse método na mensuração de ativos e passivos dirimindo, em especial, dúvidas como as seguintes: a) se é aplicável tão-somente a fluxos de caixa contratados ou também a fluxos de caixa estimados ou esperados; b) o momento da aplicação do método, se no momento de registro inicial de ativos e passivos, se na mudança da base de avaliação de ativos e passivos ("fresh-start"), ou se em ambos os momentos; c) quais as técnicas mais recomendadas; d) se passivos não contratuais são alcançados pelo ajuste a valor presente; e) qual a taxa apropriada de desconto para um ativo ou passivo; f) qual o método de alocação de descontos (juros) recomendado a uma situação específica; e g) se o ajuste a valor presente deve ser efetivado líquido de efeitos fiscais.

Além das transações contábeis eleitas pelas entidades para aplicação do método de ajuste a valor presente, este Pronunciamento atende também as transações previstas na reforma da lei societária feita pela Lei nº 11.638, de 2007, que prevê nos seus artigos 183 e 184 (incisos VIII e III, respectivamente) a aplicação desse método para os elementos do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo e para os outros ativos e passivos quando houver efeito relevante.

As sugestões e comentários, por escrito, deverão ser encaminhados, até o dia 4 de dezembro de 2008, à Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria, preferencialmente através do endereço eletrônico: AudPublicaSNC1308@cvm.gov.br ou para a Rua Sete de Setembro, 111/27º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20050-901. Esclarecimentos adicionais à minuta de Pronunciamento CPC-12 poderão ser obtidos na página principal do CPC: <http://www.cpc.org.br>. As sugestões e comentários recebidos serão considerados de acesso público.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2008.
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES
DE SANTANA
Presidente da CVM

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SNC Nº 14/2008

Prazo: 4 de dezembro de 2008

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM submete, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), à Audiência Pública, nos termos do art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a minuta (em anexo) da Deliberação que referenda o pronunciamento CPC 10 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis intitulado "Pagamentos Baseados em Ações" que está referenciado à norma Share-based Payment - IFRS 2, emitida pelo IASB - International Accounting Standards Board.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações é especificar procedimentos para reconhecimento e divulgação das transações de pagamentos com base em ações e, em